

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	26
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	27
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	28
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	93.947
Preferenciais	0
Total	93.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	34.671	34.493
1.01	Ativo Circulante	11.067	11.116
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45	48
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.258	9.336
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.258	9.336
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	9.258	9.336
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.764	1.728
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.764	1.728
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	4
1.02	Ativo Não Circulante	23.604	23.377
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.509	23.282
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.509	23.282
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	23.509	23.282
1.02.03	Imobilizado	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	34.671	34.493
2.01	Passivo Circulante	11.931	11.942
2.01.02	Fornecedores	6	15
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6	15
2.01.03	Obrigações Fiscais	3	5
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3	5
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	3	5
2.01.05	Outras Obrigações	11.922	11.922
2.01.05.02	Outros	11.922	11.922
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.922	11.922
2.02	Passivo Não Circulante	23.513	23.286
2.02.04	Provisões	23.513	23.286
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.513	23.286
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais	23.513	23.286
2.03	Patrimônio Líquido	-773	-735
2.03.01	Capital Social Realizado	8.396	8.396
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.169	-9.131

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-182	-523
3.02.06	Pessoal e Administradores	-24	-24
3.02.08	Serviços de terceiros	-104	-389
3.02.14	Outros custos	-54	-110
3.03	Resultado Bruto	-182	-523
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-182	-523
3.06	Resultado Financeiro	144	501
3.06.01	Receitas Financeiras	353	903
3.06.02	Despesas Financeiras	-209	-402
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-38	-22
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-3
3.08.01	Corrente	0	-3
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-38	-25
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-38	-25
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0004	-0,00027
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,0004	-0,00027

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-38	-25
4.03	Resultado Abrangente do Período	-38	-25

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-54	34
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-183	-343
6.01.01.01	Prejuízo líquido do período	-38	-25
6.01.01.05	Variações monetárias e cambiais	-16	0
6.01.01.07	Provisão para processos judiciais líquida	17	44
6.01.01.10	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-146	-362
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2	281
6.01.02.05	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	0	10
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	4	5
6.01.02.10	Fornecedores	-8	290
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social a pagar	0	-23
6.01.02.12	Outros tributos a pagar	2	-1
6.01.03	Outros	131	96
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-28	-98
6.01.03.03	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	159	194
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	51	4.696
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-1.859	-2.617
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	1.928	7.362
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-18	-49
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-17.105
6.03.09	Recompra de ações - direito de retirada	0	-17.105
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3	-12.375
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48	12.411
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45	36

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	8.396	0	0	-9.131	0	-735
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	8.396	0	0	-9.131	0	-735
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-38	0	-38
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-38	0	-38
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	8.396	0	0	-9.169	0	-773

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	25.501	0	0	-9.285	0	16.216
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	25.501	0	0	-9.285	0	16.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-17.105	0	0	0	-17.105
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-17.105	0	0	0	-17.105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25	0	-25
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-25	0	-25
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	25.501	-17.105	0	-9.310	0	-914

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-158	-497
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-104	-389
7.02.04	Outros	-54	-108
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-54	-108
7.03	Valor Adicionado Bruto	-158	-497
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-158	-497
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	353	903
7.06.02	Receitas Financeiras	353	903
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	195	406
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	195	406
7.08.01	Pessoal	20	20
7.08.01.01	Remuneração Direta	20	20
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3	8
7.08.02.01	Federais	3	8
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	210	403
7.08.03.01	Juros	209	402
7.08.03.02	Aluguéis	1	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-38	-25
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-38	-25

Comentário do Desempenho

AES Elpa S.A.

1 Perfil

A AES Elpa S.A. ("Companhia" ou "AES Elpa") está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia é controlada diretamente pela Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações"), sendo a Brasileira Participações por sua vez uma controlada indireta da *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária, o qual foi realizado por meio das cisões parciais da Companhia e da Brasileira Participações com a subsequente incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Eletropaulo, de forma que os acionistas da Brasileira Participações (*AES Holdings Brasil Ltda.* e *BNDES Participações S.A. - BNDESPAR*), e da Companhia passaram a deter participação direta na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo").

2 Desempenho econômico-financeiro

No período de três meses findos em 31 de março de 2018, a Companhia auferiu um prejuízo líquido no montante de R\$ 38, ante um prejuízo líquido de R\$ 25 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de 52% do resultado da Companhia.

Em milhares de Reais	1T18	1T17	Var. R\$	Var. %
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE				
Despesas operacionais	(182)	(523)	341	-65,2%
Total das despesas operacionais	(182)	(523)	341	-65,2%
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(182)	(523)	341	-65,2%
Resultado financeiro líquido	144	501	(357)	-71,3%
Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)	-	(3)	3	-100,0%
Lucro (Prejuízo) líquido do período de operações continuadas	(38)	(25)	(13)	52,0%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(38)	(25)	(13)	52,0%

2.1 Despesas operacionais

No período de três meses findos em 31 de março de 2018, as despesas operacionais apresentaram uma redução de R\$ 341 ou 65,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme segue:

Em milhares de Reais	1T18	1T17	Var. R\$	Var. %
Pessoal e administradores	(24)	(24)	-	0,0%
Serviços de terceiros	(104)	(389)	285	-73,3%
Outras despesas operacionais	(54)	(110)	56	-50,9%
Total das despesas operacionais	(182)	(523)	341	-65,2%

Comentário do Desempenho

AES Elpa S.A.

2.1.1 Despesas operacionais

Serviços de terceiros: redução de R\$ 285 ou 73,3%, devido principalmente pelas menores despesas de publicações legais, motivada pela reorganização societária da Companhia ocorrida em 30 de dezembro de 2016.

Outras despesas operacionais: redução de R\$ 56 ou 50,9%, devido principalmente pela redução na taxa Patronal e taxa de publicação (BMFBovespa).

2.2 Resultado financeiro

Em milhares de Reais	1T18	1T17	Var. R\$	Var. %
Receitas financeiras	353	903	(550)	-60,9%
Despesas financeiras	(209)	(402)	193	-48,0%
Resultado financeiro	144	501	(357)	-71,3%

No 1T18 o resultado financeiro líquido foi uma receita de R\$ 144, sendo inferior em R\$ 357 ou 71,3%, em relação à receita registrada no 1T17, devido principalmente, ao seguinte fator:

- Redução de R\$ 381 das receitas com aplicações financeiras, em virtude do menor saldo médio de aplicações financeiras, e também por uma remuneração média menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Elpa S.A. (“Companhia” ou “AES Elpa”) está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia é controlada diretamente pela Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”), sendo a Brasileira Participações por sua vez uma controlada indireta da *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Em 15 de agosto de 2017, a controladora Brasileira Participações S.A. e a Companhia divulgaram ao mercado fato relevante, informando que a Administração da Brasileira Participações estuda a possibilidade e conveniência de submeter à Comissão de Valores Mobiliários - CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a recente reorganização societária que envolveu as Companhias e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), nos termos da regulamentação aplicável e resguardados os direitos dos acionistas minoritários da Companhia.

Em 01 de março de 2018, foi aprovada em Reunião de Diretoria da controladora a Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). Dessa forma, conforme fato relevante divulgado em 08 de março de 2018, foi protocolado junto à CVM e a B3 o Pedido de Registro da OPA de emissão da AES Elpa para cancelamento de registro de companhia aberta e divulgado fato relevante conjunto da Companhia e sua controladora informando a protocolização do pedido e as requisições de procedimento diversificado feitas ao órgão regulador.

Os termos e condições aplicáveis à OPA estão descritos em detalhes no Edital da OPA, documento que está sob análise e depende ainda de aprovação da CVM. A íntegra do documento pode ser acessada pelo website da CVM. A previsão é que o processo seja concluído até o final de 2018.

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária, o qual foi realizado por meio das cisões parciais da Companhia e da Brasileira Participações com a subsequente incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), de forma que os acionistas da Brasileira Participações (AES Holdings Brasil S.A. e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR), e da Companhia passaram a deter participação direta na Eletropaulo.

Informações detalhadas acerca da reorganização societária foram divulgadas na nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 26 de abril de 2018, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2018 de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à

Notas Explicativas

elaboração das Informações Trimestrais - ITR. As informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2018 também estão de acordo com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição em janeiro de 2009.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, devido à reorganização societária, a Companhia deixou de possuir qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, a fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a Companhia possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros.

A Administração, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 3.1 a 3.9 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

a) Os pronunciamentos a seguir entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes
- IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil
- ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos
- IFRS 2/CPC 10 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações
- IAS 40/CPC 28 - Propriedade para investimento

Notas Explicativas

A Companhia avaliou os potenciais impactos e concluiu que a adoção dos novos pronunciamentos e alterações aos pronunciamentos já emitidos não gerou impactos contábeis sobre suas informações contábeis intermediárias.

a.1) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O novo pronunciamento institui três categorias para classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, eliminando as categorias do CPC 38/IAS 39.

A Companhia avaliou e adequou a classificação dos ativos e passivos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9, conforme demonstrado na nota 15.1.1.

Para os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38/IAS 39 como “Empréstimos e recebíveis” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”, a Companhia concluiu que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, tais instrumentos financeiros atendem aos critérios de mensuração e classificação de “Valor justo mensurado pelo custo amortizado” e “Valor justo mensurado por meio do resultado”, respectivamente.

Atualmente a Companhia não possui saldos registrados em outros resultados abrangentes, pois o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo.

	31.03.2018		31.12.2017		Categoria (CPC 38/IAS 39)	Categoria (CPC 48/IFRS 9)
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	45	45	48	48	Empréstimos e recebíveis	Valor justo pelo custo amortizado
Investimentos de curto prazo (b)	9.258	9.258	9.336	9.336	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados (a)	23.509	23.509	23.282	23.282	Empréstimos e recebíveis	Valor justo pelo custo amortizado
Total	32.812	32.812	32.666	32.666		
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores (c)	6	6	15	15	Valor justo pelo custo amortizado	Valor justo pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (c)	11.922	11.922	11.922	11.922	Valor justo pelo custo amortizado	Valor justo pelo custo amortizado
Total	11.928	11.928	11.937	11.937		

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

O CPC 48/IFRS 9 propõe um modelo prospectivo de perdas esperadas, que substitui o modelo atual de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39. O pronunciamento requer que a Companhia registre contabilmente as expectativas de perda em créditos desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A Companhia considera que os ativos financeiros possuem baixo risco de crédito, não registrando, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*).

O CPC 48/IFRS 9 mantém parte dos requerimentos do CPC 38/IAS 39 para a classificação de passivos financeiros, exceto para passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Dessa forma, sua aplicação não resultou em mudança na classificação desses passivos.

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Caixa e equivalentes de caixa:	31.03.2018	31.12.2017
Numerário disponível	45	48
Total	45	48
Investimentos de curto prazo:	31.03.2018	31.12.2017
CDB-DI	9.258	9.336
Total	9.258	9.336
Total geral	9.303	9.384

Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média, a 98,18% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2018 (96,60% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL COMPENSÁVEIS

	31.03.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		
Imposto de renda	1.420	1.408
Contribuição social	1	-
Imposto de renda retido na fonte	343	320
Total	1.764	1.728

Referem-se, principalmente, a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia protocolou pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento do pedido de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais por meio do sistema PER/DCOMP e, nos termos da Instrução Normativa RFB 1.300/2012.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

NÃO CIRCULANTE		
Outros tributos a pagar:	31.03.2018	31.12.2017
Tributos Federais		
INSS	2	2
Outros	1	3
Total	3	5

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia somente efetuou pagamentos de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 28.

7. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

7.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

Notas Explicativas

	Passivo		Ativo	
	Provisões para processos judiciais		Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Processos Fiscais				
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	23.060	22.857	23.060	22.857
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (a.2)	453	429	449	425
Total não circulante	23.513	23.286	23.509	23.282

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 23.509 (R\$ 23.282 em 31 de dezembro de 2017), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	31.03.2018	31.12.2017
Processos prováveis	23.509	23.282
Total	23.509	23.282

As movimentações das provisões dos processos judiciais é como segue:

	Passivo			
	Saldo inicial 31.12.2017	Ingressos	Atualizações (*)	Saldo final 31.03.2018
Processos Fiscais				
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	22.857	-	203	23.060
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (a.2)	429	17	7	453
Total não circulante	23.286	17	210	23.513

(*) As atualizações em ambos os casos são calculadas pela variação da taxa SELIC.

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

(a) Processos fiscais:

(a.1) A Companhia possui processo no qual se discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma, em 31 de março de 2018 está constituída provisão no montante de R\$ 23.060 (R\$ 22.857 em 31 de dezembro de 2017). Foram proferidas decisões desfavoráveis de 1ª e 2ª instância. Atualmente, aguarda-se julgamento no STJ e STF. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2019.

(a.2) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de março de 2018, corresponde a R\$ 453 (R\$ 429 em 31 de dezembro de 2017). Em relação ao mérito da causa, a Administração da Companhia juntamente com seus assessores legais, classificam como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

Notas Explicativas

7.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir a única contingência passiva cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição das contingências	Valor estimado da contingência	
	31.03.2018	31.12.2017
Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa	Não determinado	Não determinado

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a Companhia e a controladora Brasileira Participações S.A., esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A.. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a controladora Brasileira Participações interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ao qual foi atribuído efeito suspensivo. Em primeiro grau, em junho de 2005, a controladora Brasileira Participações apresentou defesa prévia. Em julho de 2006, foi proferida decisão recebendo parcialmente a inicial, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento pela controladora Brasileira Participações, o qual visava não apenas a cassação da decisão, excluindo-se a controladora Brasileira Participações do polo passivo da demanda, como também fosse reconhecida a competência da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para processamento e julgamento da demanda. Foi atribuído efeito suspensivo ao recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009 sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da controladora Brasileira, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão o Ministério Público Federal interpôs recurso especial. Como referido recurso não era dotado de efeito suspensivo, os autos retomaram seu normal curso perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa). Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobadas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. O recurso aguarda julgamento perante o STJ. Por outro lado, a controladora Brasileira interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controladora Brasileira apresentaram recurso ao STJ com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Atualmente aguarda-se o julgamento do referido recurso. Por outro lado, com relação ao andamento do processo em primeiro grau, como o recurso especial não possui o efeito suspensivo, em setembro de 2015, a Companhia apresentou contestação. Em 30 de maio de 2017, foi determinado pelo Juízo de primeira instância a intimação de pessoas físicas que haviam sido excluídas do polo passivo e readmitidas após julgamento de recurso do Ministério Público. Aguarda-se julgamento da ação em primeira instância.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Não houve aumento ou redução de capital no trimestre encerrado em 31 de março de 2018, de forma que o total do capital social da Companhia em 31 de março de 2018 é de R\$ 8.396.

8.1 Composição acionária

	31.03.2018		31.12.2017	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas:				
Brasília Participações S.A.	93.404.112	99,42	93.404.112	99,42
Outros	543.315	0,58	543.315	0,58
Total das ações	<u>93.947.427</u>	<u>100,00</u>	<u>93.947.427</u>	<u>100,00</u>

9. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta básico e diluído por ação para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017:

	31.03.2018	31.03.2017
Numerador:		
Resultado líquido de operações continuadas	(38)	(25)
Lucro líquido do exercício	<u>(38)</u>	<u>(25)</u>
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	93.947	93.947
Atribuído aos acionistas controladores:		
Das operações continuadas líquidas		
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$)	(0,00040)	(0,00027)
Do Lucro líquido do exercício		
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$)	(0,00040)	(0,00027)

Para todos os períodos apresentados, a Companhia não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

10. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31.03.2018	31.03.2017
Arrendamentos e aluguéis	(1)	(1)
Seguros	(5)	(5)
Taxa BM&FBOVESPA	(39)	(65)
CVM - Taxa de listagem	-	(11)
Taxa Patronal	(9)	(26)
Outras taxas	-	(2)
Total	<u>(54)</u>	<u>(110)</u>

Notas Explicativas

11. RESULTADO FINANCEIRO

	31.03.2018	31.03.2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	146	527
Atualização de créditos tributários	16	18
Atualização de depósitos judiciais	208	402
PIS/COFINS sobre receita financeira	(17)	(44)
Subtotal	353	903
Despesas financeiras		
Atualização de processos judiciais	(209)	(402)
Subtotal	(209)	(402)
Total do resultado financeiro	144	501

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.03.2018		31.03.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	(2)	(1)
Total	-	-	(2)	(1)
Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	(38)	(38)	(22)	(22)
Adições (exclusões):				
Atualização de provisão - processos fiscais	226	226	445	445
Atualização de depósitos judiciais - processos fiscais	(209)	(209)	(402)	(402)
Total das adições (exclusões)	17	17	44	44
Base de cálculo antes da compensação	(21)	(21)	22	22
(-) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	(7)	(7)
Base de cálculo	(21)	(21)	15	15
Alíquota nominal	25%	9%	15%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	-	-	(2)	(1)
Total da despesa com tributos	-	-	(2)	(1)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	9,1%	4,5%

A Companhia acumula prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, conforme segue, sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos, devido à ausência de expectativa de geração de resultados tributáveis futuros:

	31.03.2018	31.03.2017
Prejuízo fiscal	15.787	15.858
Base negativa contribuição social	19.334	19.405
Diferenças temporárias ativas	13.164	13.071

13. PARTES RELACIONADAS

13.1 Transações com partes relacionadas

As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

PASSIVO	31.03.2018	31.12.2017
Dividendos a pagar:		
Brasiliiana Participações S.A. (i)	11.889	11.889
RESULTADO	31.03.2018	31.03.2017
Despesas:		
Eletropaulo - sublocação (ii)	(1)	(1)
Total do resultado com partes relacionadas	(1)	(1)

(i) Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 27 de janeiro de 2017, foi aprovada a postergação do pagamento dos dividendos, referentes ao exercício social de 2015 no montante de R\$11.889, para até o final do exercício de 2017. A Companhia aprovou em Reunião de Diretoria, em 19 de fevereiro de 2018, a postergação do pagamento dos dividendos para até o final do exercício de 2018. Posteriormente, o tema será levado para discussão e aprovação em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral.

(ii) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a controlada cindida Eletropaulo (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.

13.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pelo Conselho de Administração. Nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	31.03.2018	31.03.2017
Benefícios de curto prazo	24	24
Total	24	24

Os benefícios são compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

A remuneração de 2018 será submetida à aprovação da Assembleia Geral em 27 de abril de 2018.

14. SEGUROS

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	01/04/17	01/04/18	R\$ 100.000

O limite de proteção é compartilhado entre algumas empresas do Grupo AES, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

Notas Explicativas

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

15.1 Instrumentos financeiros

15.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, estão apresentados a seguir:

	Notas	31.03.2018		31.12.2017		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa		45	45	48	48	Valor justo pelo custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	9.258	9.258	9.336	9.336	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	7	23.509	23.509	23.282	23.282	Valor justo pelo custo amortizado
Total		32.812	32.812	32.666	32.666	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		6	6	15	15	Valor justo pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		11.922	11.922	11.922	11.922	Valor justo pelo custo amortizado
Total		11.928	11.928	11.937	11.937	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários. CDB's são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para todas as rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve alteração na classificação dos instrumentos financeiros.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período findo em 31 de março de 2018 e 2017, a Companhia não possui quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

15.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta o instrumento financeiro registrado a valor justo, conforme método de mensuração:

	31.03.2018				31.12.2017			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante)								
Investimentos de curto prazo	9.258	-	9.258	-	9.336	-	9.336	-
Total	9.258	-	9.258	-	9.336	-	9.336	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

Durante o período findo em 31 de março de 2018, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, *compliance*, imagem, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia está exposta.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e *Compliance*, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Notas Explicativas

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings (Fitch)*, *Moody's* ou *Standard & Poor's (S&P)* para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2018 é:

	31.03.2018
Caixa e equivalentes de caixa	45
Investimentos de curto prazo	9.258
Total da exposição	9.303

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital

Notas Explicativas

aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia monitora constantemente sua liquidez.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

Posição em 31 de março de 2018	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	6	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	11.922	-	-	-
Total	6	11.922	-	-	-

(b.4) Riscos de mercado

Riscos de taxas de juros

Em 31 de março de 2018, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDB's, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de março de 2018 é:

	31.03.2018
Investimentos de curto prazo	9.258
Total da exposição líquida	9.258

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador dos investimentos, ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2018, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de março de 2018, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2018, projetando o índice para um ano e verificando a sensibilidade do mesmo em cada cenário apresentado.

			Projeção receitas financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.03.2018	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,52%	5,28%	7,04%	8,80%	10,56%
Investimentos de curto prazo	CDI	9.258	326	489	652	815	978
Total		9.258	326	489	652	815	978

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AES Elpa S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às informações contábeis intermediárias, que trata da reorganização da estrutura societária do Grupo AES Brasil, implementada durante o exercício de 2016. Como parte dessa reorganização, foi realizada a cisão parcial da Companhia e versão do acervo cindido para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"), que incluiu a participação societária na própria AES Eletropaulo e o seu respectivo ágio, até então principal geradora de caixa para a Companhia. Este assunto encontra-se divulgado na nota explicativa 2.2 das informações contábeis intermediárias.

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada por esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador – CRC – 1SP132776/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2018.

Barueri, 26 de abril de 2018.

Diretores:

Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2018.

Barueri, 26 de abril de 2018.

Diretores:

Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores